

RECLAMAÇÃO 47.126 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECLTE.(S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : EDUARDO PIZARRO CARNELOS E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RECLDO.(A/S) : JUIZ FEDERAL DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL
DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DECISÃO

Trata-se de Reclamação, distribuída por prevenção (Rcl 46.519/RJ, nos termos do art. 69, *caput*, do RISTF), com pedido de liminar, proposta por Michel Miguel Elias Temer Lulia, contra as decisões proferidas pela Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que teriam violado o entendimento desta CORTE no INQ 4.327 AgR-segundo/DF (Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 09/08/2018).

Nas suas razões, o reclamante alega que a Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao julgar o *Habeas Corpus* n. 5001739-27.2020.4.02.0000, decidiu, pelo voto médio, que: **(a)** em razão de existir conexão entre os crimes de peculato descritos na "Operação Descontaminação" (autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101, objeto do *habeas corpus*) e na "Operação Radioatividade" (autos n. 0510926-86.4.02.5101), a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro seria competente para o processamento dos crimes de peculato e demais operações levadas a cabo pelas empresas "ENGEVIX", "AF CONSULT" e "ARGEPLAN", que foram descritas no "Fato 01" da denúncia "Operação Descontaminação" (autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101); **(b)** em relação aos crimes de lavagem de dinheiro referente às movimentações financeiras das empresas "CONSTRUBASE" e "PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA", descritos no "Fato 02" da denúncia referente à

"Operação Descontaminação" (autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101), a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro seria incompetente para a tramitação dos autos, razão pela qual determinou o desmembramento dos autos em relação unicamente ao "Fato 02" da denúncia para uma das Varas Criminais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, nos termos do decidido no INQ 4.621/DF, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, em 28/03/2019; (c) os "Fatos 03 e 04" narrados na denúncia da "Operação Descontaminação" (autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101) não guardariam relação com os crimes de lavagem de dinheiro descritos no "Fato 02" e como o paciente do *Habeas Corpus* (Vanderlei de Natale) não teria sido denunciado pelos "Fatos 03 e 04" nem sequer seria o caso de analisar os fatos na via estreita do *writ*.

Assim, entende o reclamante que deve haver o "*deferimento da presente para encaminhar a ação penal 0500623-71.2019.4.02.5101 à 12ª Vara Federal Criminal de Brasília, cassando o decidido pelo E. Tribunal Regional no acórdão proferido no habeas corpus 5001739-27.2020.4.02.0000, que fixou a competência da C. 7ª Varal Federal Criminal do Rio de Janeiro, com relação à primeira parte das imputações formuladas, e da Justiça Federal de São Paulo, com relação à segunda parte delas. Embora não seja este o objeto da reclamação, impende dizer que o acórdão mencionado manteve a competência da 7ª Vara Federal carioca para julgar outros crimes de lavagem imputados pela denúncia a outros acusados, o que demonstra, data venia, a absoluta atecnia que caracteriza aquela decisão. Por isso, é fundamental que esta reclamação seja deferida também para determinar a cassação daquela decisão, com o cancelamento do envio, já efetuado pela 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, de cópia dos autos à Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, onde o feito foi distribuído à 2ª Vara Criminal Federal (5002238-31.2021.4.03.6181 - docs. 14 e 15)*".

Deste modo, segundo o reclamante, o Juízo da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal seria o "*competente para processar e julgar a ação penal 0500623-71.2019.4.02.5101, inclusive a parte dela que foi desmembrada pela decisão do E. TRF-2 no habeas corpus 5001739-27.2020.4.02.0000, e que foi remetida à 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, onde se encontra sob a identificação 5002238-31.2021.4.03.6181*".

Portanto, requer a concessão de liminar para determinar a "suspensão de todos os feitos que tramitem perante o D. Juízo de piso, que tenham como parte o Peticionário e cuja(s) competência(s) tenha(m) sido firmada(s) a partir das operações radioatividade e conexas, bem como pelos encaminhamentos da petição 7.810 e do inquérito 4.621 por essa Suprema Corte; a suspensão deve atingir também o feito 5002238-31.2021.4.03.6181, distribuído à 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo em razão da decisão proferida pelo E. Tribunal reclamado no habeas corpus 5001739-27.2020.4.02.0000, até que a presente reclamação venha a ser julgada, e o pleito seja deferido, tornando definitiva a medida ora buscada".

No mérito, pleiteia a procedência da Reclamação, para que sejam cassadas:

"as decisões proferidas pelo D. Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro nos autos da ação penal 0500623-71.2019.4.02.5101 e em todas as medidas cautelares a ela correlatas ou conexas, determinando-se o encaminhamento à Colenda 12ª Vara Federal Criminal em Brasília do feito e dos que a ele são conexos (especial mas não exaustivamente, as cautelares 0500591-66.2019.4.02.4.02.5101, 0500594-21.2019.4.02.5101, 0500595-06.2019.4.02.5101, 0500596-88.2019.4.02.5101, 0500686-96.2019.4.02.5101 e 5036433-45.2020.4.02.5101), bem como o feito 5002238-31.2021.4.03.6181, distribuído à 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, nos termos do que já se expôs e demonstrou acima".

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da Reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõem o art. 102, I, "I", e o art. 103-A, *caput* e §3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

[...]

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

[...]

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

[...]

§3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I a IV, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I – preservar a competência do tribunal;

II – garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

O parâmetro invocado é o entendimento firmado no INQ 4.327 AgR-segundo/DF (Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 09/08/2018), cuja ementa é a seguinte:

1. INQUÉRITOS 4.327 E 4.483. DENÚNCIA. INTEGRAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E EMBARAÇO ÀS INVESTIGAÇÕES RELACIONADAS AO ALUDIDO DELITO. NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO PARA PROCESSAMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTROS DE ESTADO. SUSPENSÃO. DESMEMBRAMENTO QUANTO AOS NÃO DETENTORES DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. AGRAVOS REGIMENTAIS. 2. INSURGÊNCIAS MANIFESTADAS POR AGRAVANTE NÃO INVESTIGADO OU QUE NÃO GUARDA PERTINÊNCIA COM O OBJETO DOS RESPECTIVOS AUTOS. NÃO CONHECIMENTO. 3. DETERMINAÇÃO PARA PROCESSAMENTO DE AUTORIDADES DETENTORAS DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. RECONSIDERAÇÃO VIA DECISÃO MONOCRÁTICA. PREJUDICIALIDADE. 4. NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO PARA PROCESSAMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE MINISTROS DE ESTADO. EXTENSÃO DOS EFEITOS DESSA DECISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AOS DEMAIS DENUNCIADOS. IMPOSSIBILIDADE. 5. DESMEMBRAMENTO DO OBJETO DOS INQUÉRITOS EM RELAÇÃO AOS NÃO DETENTORES DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. VIABILIDADE. 6. PEDIDOS DE TRANCAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES E EXCLUSÃO DE NOMES DO ROL DE INVESTIGADOS. INCOMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. 7. DESMEMBRAMENTO E REMESSA DOS INQUÉRITOS ÀS INSTÂNCIAS COMPETENTES. AUTONOMIA DO DELITO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA EM RELAÇÃO AOS CRIMES PRATICADOS NO ÂMBITO DESTA. BIS IN IDEM. NÃO CONFIGURAÇÃO. 8. BAIXA DOS AUTOS. ANÁLISE DE AGRAVO REGIMENTAL JÁ INTERPOSTO. INSURGÊNCIA INCLUÍDA EM PAUTA. PREJUDICIALIDADE.

1. Cuidam os autos de agravos regimentais interpostos

contra decisão proferida de forma conjunta nos autos dos Inquéritos 4.327 e 4.483, por meio da qual, diante da negativa de autorização por parte da Câmara dos Deputados para instauração de processo penal em face do Presidente da República e de Ministros de Estado, determinou-se o desmembramento em relação a diversos coinvestigados não detentores de foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal, com a subsequente remessa à 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR no tocante ao delito de organização criminosa, e à Seção Judiciária do Distrito Federal/DF no que diz respeito ao crime de obstrução às investigações envolvendo organização criminosa, para prosseguimento nos ulteriores termos.

2. Não devem ser conhecidas as insurgências interpostas nos dois autos, mas atinentes ao objeto de apenas um deles, diante da manifesta ausência de interesse recursal. Agravos regimentais não conhecidos.

3. Diante da superveniente reconsideração da decisão agravada, na parte em que foram incluídas no desmembramento autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função, fica prejudicada a análise desses agravos regimentais que se insurgiram contra a referida determinação. Agravos regimentais parcialmente prejudicados.

4. A imunidade formal prevista nos arts. 86, caput e 51, I, da Constituição Federal tem por finalidade tutelar o regular exercício dos cargos de Presidente da República e de Ministro de Estado, não sendo extensível a codenunciados que não se encontram investidos em tais funções. Incidência da Súmula 245 do Supremo Tribunal Federal. Agravos regimentais desprovidos.

5. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal passou a adotar como regra o desmembramento dos inquéritos e ações penais originárias no tocante a coinvestigados ou corréus não detentores de foro por prerrogativa de função, admitindo-se, apenas excepcionalmente, a atração da competência originária quando se verifique que a separação seja apta a causar prejuízo

relevante, aferível em cada caso concreto. Na espécie, a proposta acusatória afirma a existência de uma única organização criminosa, composta por distintos núcleos operacionais, dentre os quais o integrado por políticos afiliados a diversos partidos. Cuidando a denúncia do núcleo político de organização criminosa composto por integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com atuação na Câmara dos Deputados, os autos devem ser remetidos à livre distribuição à Seção Judiciária do Distrito Federal/DF. Em relação ao agravante André Santos Esteves, os autos devem ser direcionados especificamente à 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em razão de investigação prévia ali deflagrada. Vencido o relator neste ponto, concernente ao juízo destinatário da remessa, eis que o voto em sua formulação originária (vencida) propôs o envio à 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR. Em observância ao princípio da responsabilidade subjetiva que vigora no ordenamento jurídico-penal pátrio, no que tange à acusação do delito de organização criminosa, caberá ao Ministério Público Federal produzir os elementos de prova capazes de demonstrar, em relação a cada um dos acusados, a perfeita subsunção das condutas que lhes são atribuídas ao tipo penal que tutela o bem jurídico supostamente violado, em especial o seu elemento subjetivo, composto pelo dolo de promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa. Por tal razão, o desmembramento não importa em responsabilização indireta dos denunciados em relação aos quais a tramitação da denúncia permanece suspensa neste Supremo Tribunal Federal, não sendo possível falar, ainda, em indissolubilidade das condutas denunciadas. Tendo em vista que o suposto delito de obstrução às investigações relacionadas ao crime de organização criminosa teria sido praticado, em grande parte, na Capital Federal, devem os respectivos autos também ser remetidos para processamento perante a Seção Judiciária do Distrito Federal/DF. Agravos regimentais parcialmente providos.

6. O fato de determinados investigados não terem sido

denunciados pela Procuradoria-Geral da República não importa, por si só, no juízo de carência de justa causa para a ação penal ou no arquivamento das investigações, o qual, de acordo com a jurisprudência pacífica deste Supremo Tribunal Federal, não admite a forma implícita nas ações penais públicas, exigindo requerimento expresse por parte do Ministério Público Federal. Com o desmembramento do feito determinado em relação aos não detentores de foro por prerrogativa de função, não mais subsiste competência ao Supremo Tribunal Federal para avaliar a idoneidade dos elementos de informação até então produzidos e perquirir a justa causa à continuidade das investigações ou para a propositura de ação penal em relação a cada um dos investigados, o que, atualmente, encontra-se a cargo dos respectivos juízos competentes. Agravos regimentais não conhecidos.

7. Tratando-se de figura penal dotada de autonomia, o delito de organização criminosa não se confunde com os demais praticados no seu âmbito, razão pela qual o desmembramento realizado nestes autos não tem o condão de configurar o indevido bis in idem em relação a eventuais ações penais ou inquéritos em trâmite perante outros juízos. Agravo regimental desprovido.

8. A alegação de negativa de prestação jurisdicional fica prejudicada com a inclusão em pauta da insurgência que a defesa requer a análise antes da baixa dos autos ao primeiro grau de jurisdição. Agravo regimental prejudicado.

As garantias fundamentais ao Devido Processo Legal e ao Juiz Natural, diferentemente do que ocorria nos textos constitucionais anteriores, foram incorporadas ao texto da Constituição brasileira de 1988.

A imparcialidade do Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal encontram no Devido Processo Legal e no princípio do Juiz Natural, proclamadas nos incisos LV, XXXVII e LIII do art. 5º, da Constituição Federal, uma de suas garantias indispensáveis.

Como consagrado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

O princípio da naturalidade do Juízo – que traduz significativa conquista do processo penal liberal, essencialmente fundado em bases democráticas – atua como fator de limitação dos poderes persecutórios do Estado e representa importante garantia de imparcialidade dos juízes e tribunais (STF – 1ª T. – HC 69.601/SP – Rel. Min. CELSO DE MELLO, *Diário da Justiça*, Seção I, 18 dez. 1992, p. 24.377).

O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal, devendo ser interpretado em sua plenitude, de forma a não só proibir a criação de Tribunais ou juízos de exceção, como também exigir respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

Nesse mesmo sentido, decidiu o TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO:

O mandamento 'ninguém será privado de seu juiz natural', bem como ocorre com a garantia da independência dos órgãos judiciários, deve impedir intervenções de órgãos incompetentes na administração da Justiça e protege a confiança dos postulantes e da sociedade na imparcialidade e objetividade dos tribunais: a proibição dos tribunais de exceção, historicamente vinculada a isso, tem a função de atuar contra o desrespeito sutil a esse mandamento. Como esses dispositivos em sua essência concretizam o princípio do Estado de Direito no âmbito da constituição (organização) judiciária, elas já foram introduzidas na maioria das Constituições estaduais alemãs do século XIX, dando-lhes, assim, a dignidade de norma constitucional. O art. 105 da Constituição de Weimar deu prosseguimento a esse legado. À medida que os princípios do Estado de Direito e Separação de Poderes se foram

aprimorando, também as prescrições relativas ao juiz natural foram sendo aperfeiçoadas. A lei de organização judiciária, os códigos de processo e os planos de distribuição das causas (definidos nas *Geschäftsordnungen* – regimentos internos) dos tribunais determinavam sua competência territorial e material, (o sistema de) a distribuição das causas, bem como a composição dos departamentos individualizados, câmaras e senados. Se originalmente a determinação 'ninguém será privado de seu juiz natural' era dirigida sobretudo para fora, principalmente contra qualquer tipo de 'justiça de exceção' (*Kabinettsjustiz*), hoje seu alcance de proteção estendeu-se também à garantia de que ninguém poderá ser privado do juiz legalmente previsto para sua causa por medidas tomadas dentro da organização judiciária (Decisão – *Urteil* – do Primeiro Senado de 20 de março de 1956 – 1 BvR 479/55 – *Cinquenta anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão*. Coletânea Original: Jürgem Schawabe. Organização e introdução. Leonardo Martins. Konrad Adenauer – Stiftung – Programa Estado de Derecho para Sudamérica, p. 900/901).

Na oportunidade do julgamento, ao inaugurar divergência parcial quanto ao mérito do INQ 4.327 AgR-segundo/DF, que analisava, conjuntamente, os Agravos Regimentais interpostos nos autos do INQ 4.327/DF e do INQ 4.483/DF, **exatamente em respeito ao princípio do Juiz Natural**, entendi pela ausência de prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba para a análise dos fatos envolvendo agentes não detentores de foro por prerrogativa de função que teriam, em tese, praticado o crime de promoção, constituição, financiamento e integração de organização criminosa (art. 2º, §4º, II, III e V, da Lei n. 12.850/13) sem correlação com os crimes praticados em detrimento da PETROBRAS, devendo os autos ser encaminhados à Seção Judiciária do Distrito Federal, com livre distribuição.

Apontei as razões da competência da Seção Judiciária do Distrito Federal em meu voto, que foi acompanhado pela maioria do PLENO desta SUPREMA CORTE, no seguinte sentido:

Na sequência, uma outra tese, que é colocada também por vários dos agravantes, é a questão da não possibilidade de desmembramento em virtude da conexão existente e, principalmente, do crime de organização criminosa, mais especificamente aqui, no 4.327, organização criminosa ser um crime plurissubjetivo, mas que exige análise em conjunto de todos os participantes.

Eu já venho, não só na Turma, em alguns casos já julgados, como aqui no Plenário, quando nós analisamos a questão do foro privilegiado, colocando que a conexão não pode se sobrepor, - porque é uma regra de Direito Processual, uma regra infraconstitucional - à interpretação e a própria previsão taxativa de foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal. Não me parece que o desmembramento, nesse caso, assim como a não extensão do art. 86, possa prejudicar a análise geral ou, também, possa permitir, por via oblíqua, que a primeira instância venha a investigar e venha a produzir provas durante o processo, sem o devido processo legal, em relação aos três imputados, Presidente da República e dois Ministros de Estado, em que a sequência do procedimento está obstaculizada.

Então, aqui, também, entendo possível o desmembramento. Mas desmembramento do 4.327, do Inquérito. Ao desmembrar, para a primeira instância, o ilustre Ministro-Relator entendeu que há prevenção da 13ª Vara Criminal de Curitiba.

Entendo que há possibilidade de desmembramento, mas há inexistência de prevenção. Não entendo que haja, nesse caso, a prevenção citada pelo ilustre Ministro-Relator, não só pelos autos, mas pela própria análise feita no voto de Sua Excelência, em alguns tópicos, não há essa ligação direta da denúncia, ofertada por organização criminosa, no 4.327, que se subsume à questão do núcleo político de integrantes do PMDB, com atuação na Câmara dos Deputados. Inclusive - e vários trechos da denúncia narram esses fatos - com atuação em aprovação de medidas provisórias, ou seja, atuação no processo legislativo

mediante paga ou mediante vantagens, algumas até, segundo a denúncia, disfarçadas de doações eleitorais. Ou seja, são fatos - e os principais fatos apontados pelo Procurador-Geral da República - ocorridos no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, na articulação, como disse o Procurador-Geral da República, ilícita, uma articulação política ilícita. Não são fatos diretamente ligados à questão só da Lava-jato, da Petrobras, ou seja, nós estaríamos, a meu ver, remetendo à 13ª Vara de Curitiba fatos que não têm nenhuma ou, se têm, são relações bem *a latere* do que lá se iniciou e foi julgado.

Há um acórdão de lavra do eminente Ministro Dias Toffoli, que fala exatamente isso em relação a outro caso, que a questão Lava-jato ficou uma marca. A própria Imprensa diz: "Lava-jato do Rio de Janeiro, Lava-jato do Mato Grosso, Lava-jato..." Mas os fatos que geraram a Lava-jato são fatos relacionados à Petrobras. Esses fatos, independentemente de algumas pessoas estarem sendo acusadas e processadas por fatos lá e aqui, não se pode transformar a 13ª Vara de Curitiba em um juízo universal de todos os fatos ligados eventualmente a pessoas, que também lá estão sendo processadas por fatos ligado à "Lava Jato".

Entendo que não há essa prevenção, inclusive - aqui pedindo a devida vênua ao Relator -, porque o próprio Ministro-Relator reconhece, em um primeiro momento, a meu ver corretamente, a autonomia desse crime de organização criminosa, em relação aos crimes praticados pela organização criminosa.

E os fatos já julgados em Curitiba que, conforme folhas 15 e 16 do voto de Sua Excelência, são apontados pelo eminente Ministro-Relator como aqueles que ensejariam a prevenção da 13ª Vara Federal, na verdade, a meu ver, não o fazem, primeiro, porque são outras pessoas que estão sendo processadas nessas duas ações penais citadas pelo eminente Ministro; segundo, porque os fatos são totalmente diversos. **Aqui há uma acusação ampla, pela Procuradoria-Geral da República, em relação à montagem de uma organização criminosa para a prática de**

corrupção, principalmente dentro do processo legislativo, com citação de medidas provisórias - algo muito mais amplo do que questões específicas tratadas a respeito de outras pessoas na 13ª Vara de Curitiba. Então, inclusive, porque muitos casos já foram julgados em primeira instância em Curitiba, a meu ver, não há prevenção. Portanto, em relação a esse ponto do desmembramento para a primeira instância, entendo possível; mas não com prevenção, devendo ser distribuído normalmente aqui em Brasília.

[...]

Eu entendo que deve ser distribuído livremente aqui em Brasília, porque não há prevenção de Curitiba. Os fatos são outros. Eventualmente, pode ser a mesma organização criminosa praticando crimes diversos, mas mesmo Vossa Excelência coloca em seu voto da autonomia em relação a isso. E aqui a página 22 de seu voto coloca que a questão pode ser fragmentada de acordo com as partes de cada núcleo. Aqui há algo gravíssimo, mas que diz respeito ao núcleo político de membros do PMDB com ligação na Câmara dos Deputados. Então, não é algo que chegou a ser, ou foi de alguma forma, analisado em Curitiba; por isso entendo que não há prevenção lá. Mas eu concluo no sentido da livre distribuição aqui em Brasília.

Assim, dentro desse contexto fático e das razões de decidir do INQ 4.327 AgR-segundo/DF, busca o reclamante seja cassada a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que declarou a competência da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro para o processamento dos crimes de peculato e demais operações levadas a cabo pelas empresas "ENGEVIX", "AF CONSULT" e "ARGEPLAN" ("Fato 01" da denúncia relativa à "Operação Descontaminação") e determinou a remessa dos autos para uma das Varas Criminais Federais da Seção Judiciária de São Paulo para o processamento dos crimes de lavagem de dinheiro referente às movimentações financeiras das empresas "CONSTRUBASE" e "PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA" ("Fato 02" da denúncia

relativa à "Operação Descontaminação"), e, conseqüentemente, a nulidade dos atos decisórios proferidos pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro nos autos da ação penal n. 0500623-71.2019.4.02.5101 ("Operação Descontaminação"), bem como nos procedimentos a ela relacionados, com a remessa dos autos para a 12ª Vara Federal do Distrito Federal.

No caso em tela, em 02 de dezembro de 2020, a Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao analisar o *Habeas Corpus* n. 5001739-27.2020.4.02.0000, decidiu, pelo voto médio, que:

Na ação penal n. 0500623-71.2019.4.02.5101 imputam-se 4 fatos:

Conjunto de fatos 01: *Crime de peculato envolvendo a contratação da AF CONSULT LTDA e a subcontratação da ENGEVIX e AF CONSULT DO BRASIL para execução do contrato GAC.T/CT-4500151462 com a ELETRONUCLEAR;*

Conjunto de fatos 02: *Crime de lavagem de dinheiro envolvendo os contratos fictícios entre a CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA e a empresa PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA, no valor apontado de R\$ 14.535.694,00;*

Conjunto de fatos 03: *Crimes de evasão de divisas em razão da manutenção de contas não declaradas na suíça por OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO e ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNANI;*

Conjunto de fatos 04: *Crimes de lavagem de dinheiro em razão das transações bancárias relacionadas às contas mantidas no exterior por OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO e ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNANI.*

Sustenta a defesa ausência de conexão/continência entre os fatos denunciados na ação penal originária (operação "Descontaminação"), e aqueles apurados na ação penal nº 0510926-86.4.02.5101 (operação "Radioatividade") ou com contratos firmados pela Eletronuclear, estando a denúncia embasada apenas na relação de amizade que o paciente

VANDERLEI possui com o corr eu MICHEL TEMER, Vice-Presidente da República   época dos fatos.

Todavia, o conjunto de FATOS 1 envolve crimes de peculato a partir de contratos com a Eletronuclear e que o MPF sustenta firmados através de articula es por parte de OTHON LUIZ PINHEIRO com influência de MICHEL TEMER. Se essa rela o contextual se confirma ou não, trata-se do mérito da a o penal, incabível de se aferir **na estreita via do habeas corpus**.

Porém, a conexão desse FATO 01 com aqueles crimes anteriormente tratados na opera o "Radioatividade", a atrair competência da 7  Vara Federal Criminal/SJRJ,   reconhecida pelo próprio Relator, em trecho de seu voto:

"(...) Há também outros e-mails (Evento1, INIC1, folhas 107, 108, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119) com referência a possíveis ingerências na dire o da estatal para favorecer a empresa Argeplan. Especificamente no e-mail de 28/03/2016 (folha 119), Carlos Gallo redireciona para o corr eu Othon uma mensagem anteriormente enviada para "Lima" e copiada para "Vanderlei" e "Vivian (Lima)", em que falavam sobre supostos bons entendimentos com a empresa Engevix.

Além disso, a denúncia também faz men o a declara es prestadas pelo corr eu colaborador José Antunes Sobrinho (administrador da empresa Engevix), no sentido de que "a amarra o e anuência de todos em rela o a formata o do consórcio, passando a ser composto pela AF CONSULT DO BRASIL com. a ENGEVIX somente decorreu devido a atua o de OTHON PINHEIRO, que por sua vez, pretendia claramente beneficiar a empresa ARGEPLAN junto as contrata es de Angra 3; QUE também, se não fosse pela influência política que aparentemente possuía JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, jamais uma empresa do porte da ARGEPLAN poderia associar-se às demais empresas para a realiza o de projeto desta magnitude e complexidade relacionado   área nuclear; QUE acrescenta que a

ARGEPLAN não tinha em seu quadro de funcionários nenhum profissional qualificado para trabalhar em projetos da área nuclear". (Evento 1, Inic1, folha 97)

Importante dizer que as fraudes licitatórias concernentes à contratação do consórcio AF Consult do Brasil (Argeplan e AF Consult Ltd) e à subcontratação da Engevix para realizar o projeto eletromecânico da Usina Nuclear de Angra 3, e possíveis crimes de corrupção passiva e ativa daí decorrentes, referentes ao contrato GAC.T/CT-4500151462, já são investigados nos autos da ação penal de nº 0510926-86.4.02.5101 e em seus desdobramentos.

Foi justamente por conexão que o termo de colaboração nº 2, do corréu José Antunes Sobrinho, que embasa a ação penal nº 0500623-71.2019.4.02.5101 (Operação Descontaminação), com menção a pagamentos de vantagens indevidas em razão da obra da Usina Nuclear de Angra 3, foi encaminhado à 7ª Vara, por determinação de Ministro do Supremo Tribunal Federal (PET 7810) (autos nº 0500531-93.2019.4.02.5101).

Assim indiscutível a conexão dos crimes de peculatos imputados ao paciente Vanderlei de Natale com os fatos apurados nos autos de nº 0510926-86.4.02.5101 (Operação Radioatividade) e seus desdobramentos. (...)

Também os impetrantes juntaram decisão do Exmo. Min. LUÍS ROBERTO BARROSO, Relator do Inquérito n. 4.621/DF, que em 04/02/2019, atendendo pedido da Procuradoria Geral da República, encaminhou alguns dos fatos à jurisdição da 7ª Vara Federal/SJRJ, nos seguintes termos:

"2. DESTINAÇÃO ESPECÍFICA DE ALGUNS FATOS DELIMITADOS NA APURACÃO.

(...)

b) sobre os fatos trazidos por José Antunes Sobrinho, lastreados em provas documentais e testemunhais, tendo como objeto pagamentos indevidos que somam R\$ 1,1 milhão, em 2014, solicitados por João Baptista Lima Filho e

pelo Ministro Moreira Franco, com anuência de Michel Temer, no contexto do contrato da AF Consult Do Brasil com a Eletronuclear, **o inquérito deverá ser enviado para a 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Explica-se a prevenção.**

No âmbito da Operação Radioatividade, as investigações constataram o envolvimento de, pelo menos, duas empreiteiras (Andrade Gutierrez e Engevix) em práticas ilícitas, em virtude da execução de contratos e aditivos celebrados com a Eletronuclear.

Conforme narrado na denúncia proposta, à época, perante a na Vara Federal de Curitiba, executivos das mencionadas empresas ofereceram e prometeram vantagem indevida a Othon Luiz para determiná-lo a praticar, omitir e retardar atos de ofício, em razão de seu cargo de presidente da estatal. Na ocasião, José Antunes Sobrinho também foi denunciado.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal, nos autos da AP 963/PR, em decisão da lavra do saudoso Ministro do STF Teori Zavascki, o processo foi encaminhado à Justiça Federal do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

(...)

Após livre distribuição, os autos foram remetidos à 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, tendo sido o processo tombado sob o nº 0510926-86.2015.4.02.5101.

Ao fim da regular instrução, no que interessa ao presente pedido, José Antunes Sobrinho foi condenado pelos crimes (1) de corrupção ativa, (2) lavagem de ativos e (3) organização criminosa, pelo juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Finda a referida ação penal, houve nova apuração sobre os delitos de corrupção passiva, praticados por diretores da Eletronuclear, tendo dado origem à Operação Pripryat (autos nº 0100511-75.2016.4.02.5101, também em trâmite na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro),

que possibilitou a identificação de outra parcela da organização criminosa responsável pela prática de corrupção, fraude a licitações e lavagem de dinheiro, na construção da usina de Angra 3, pela Eletronuclear.

José Antunes Sobrinho foi novamente condenado pelos crimes de (1) corrupção ativa e (2) lavagem de ativos.

Em razão do exposto, considerando que o objeto a ser apurado são pagamentos indevidos feitos pela Engevix, por meio de José Antunes Sobrinho, solicitados por João Baptista Lima Filho e pelo Ministro Moreira Franco, com anuência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer, no contexto do contrato da AF Consult Brasil com a Eletronuclear, o destino deve ser a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. (...) (Grifo nosso).

Quanto ao denominado FATO 02, envolve provável lavagem de dinheiro através de empresas do paciente VANDERLEI via contratos fictícios entre a CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA e a PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA.

Sustenta a defesa desvinculação desses pagamentos com os crimes de peculato (FATO 01), visto que as empresas têm sede em São Paulo e teriam realizado movimentações entre si e não com aquelas que firmaram contratos com a Eletronuclear (ENGEVIX e AF CONSULT – consórcio com a ARGEPLAN).

De acordo com a denúncia o paciente é sócio da CONSTRUBASE, enquanto JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, o "CORONEL LIMA" é sócio da empresa PDA Projetos e ARGEPLAN, ambas possuindo o mesmo endereço. Aponta-se a movimentação de mais de 14 milhões de reais entre a PDA e a CONSTRUBASE.

A PDA Projetos, segundo documentos colacionados, foi constituída em 12/02/1999, com capital social de R\$ 500,00, tendo como sócios apenas "Coronel LIMA" (70% do capital social) e sua esposa MARIA RITA FRATEZI (30% do capital

social). Não tem funcionários registrados, apesar dos **contratos milionários** firmados por ela.

Já a CONSTRUBASE, de acordo com a denúncia (Relatório conclusivo da Polícia Judiciária encaminhado no bojo do IPL 4.621/STF), é investigada em outras fases da Operação Lava-Jato e já foi apontada por LÚCIO FUNARO (operador financeiro de do ex-Deputado Federal EDUARDO CUNHA e do MBD) em ligação com MICHEL TEMER, o qual teria intercedido junto a EDUARDO CUNHA, para auxiliar no recebimento de débitos da CONSTRUBASE com a CEDAE.

Portanto, o que se denunciou foi a suposta utilização das pessoas jurídicas PDA e CONSTRUBASE, para a prática de lavagem de dinheiro, já distanciando esses valores dos contratos firmados entre ENGEVIX e AF CONSULT (ARGEPLAN) perante a Eletronuclear.

Ou seja, a denúncia aponta a utilização, em tese, de mais outras empresas para lograr maior distanciamento dos valores objeto de crime de peculato, através de uma cadeia mais extensa de interposição.

De acordo com o MPF, a investigação, que tinha como escopo inicial os pagamentos feitos pela ALUMI à PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA, teria identificado movimentações a descoberto também protagonizadas pela empresa CONSTRUBASE, situação corroborada pelas declarações do colaborador JOSÉ SOBRINHO, apontando suposto pagamento de valores através de contrato fictício firmado entre a PDA PROJETOS (que inicialmente seria firmado com a ARGEPLAN) e a ALUMI PUBLICIDADES LTDA, no bojo do qual também se volta a estabelecer a relação oculta do paciente e do Ex-Presidente MICHEL TEMER.

Tais declarações estão corroboradas em cópias de páginas de agenda do colaborador (contendo reuniões com LIMA e com OTHON), depoimento de MARCELO CASTANHO (gestor da ALUMI); mensagens eletrônicas trocadas entre JOSE SOBRINHO, RODRIGO NEVES e o paciente "Coronel LIMA"

(sobre a execução do contrato com a ALUMI) e de notas fiscais nos valores emitidas pela PDA Projeto e Direção Arquitetônica LTDA em favor da ALUMI (fls. 1745/1746, 1755/1760 e 1761 e dos autos originários).

A denúncia (recebida em 02/04/2019) quando trata das movimentações entre CONSTRUBASE e PDA PROJETOS, aponta extratos bancários de 33 operações do Banco Itaú, sendo 29 entre as contas correntes de ambas as empresas e 4 entre a conta pessoal de VANDERLEI DE NATALE para PDA PROJETOS.

Narra a denúncia que durante as buscas na sede da PDA PROJETOS foram recolhidos documentos indicando contratos entre a PDA PROJETOS e a CONSTRUBASE sem a correspondente comprovação da prestação dos serviços. Os depósitos seriam, em tese, mais uma forma do CORONEL LIMA receber recursos de empreiteiras que contratam com o poder público. Tais documentos indiciam inclusive outros contratos fictícios que ultrapassam o valor imputado, somando R\$ 17.743.218,01, podendo então ser objeto de novas investigações.

Ocorre que, não obstante tudo isso, como bem pontuou o em. Relator, os elementos de convicção que embasam a denúncia foram remetidos pelo c. STF, via decisão proferida em 04/02/2019 no bojo do Inquérito n. 4.621/DF. Ali o Exmo. Min ROBERTO BARROSO deferiu requerimento da Procuradoria-Geral da República que não apenas tratou dos crimes de peculato (com encaminhamento da investigação ao Rio de Janeiro), mas também das movimentações identificadas pela Polícia Federal entre CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA e a PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA., ao final constando a seguinte formulação pela Procuradoria Geral da República:

"(...) e) sobre o contrato celebrado entre a Argeplan Arquitetura e Engenharia e a empresa Fibria Celulose S/A, com valores em tomo de R\$ 15,5 milhões; e as relações financeiras envolvendo a Construbase Engenharia LIDA e a PDA Projeto e

Direção Arquitetônica Ltda (58 transações, entre 09/09/2010 a 20/08/2015, envolvendo R\$ 17.743.218,01), requeiro o envio do inquérito para Seção Judiciária do Estado de São Paulo. (...)"

Em decisão proferida aos 28/03/2019 nos autos do INQ n. 4.621/DF, o Exmo. Min. BARROSO, acolheu a promoção ministerial e determinou a remessa do inquérito à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, veja-se:

"(...) A Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral da República noticiou nestes autos as providências tomadas como decorrência da decisão de fls. 7264/65, que determinou, a seu pedido, a remessa ao primeiro grau de jurisdição de cópias dos autos do INQ 4621 e medidas a eles vinculadas. Entre tais providências estão:

1. Anexação do material enviado ao Procedimento Investigatório Criminal nº 1.30.001.002440/2017-53 aberto pela Força-Tarefa Lava Jato no Rio de Janeiro, referente às obras de Angra 3 (PR/RJ);

(...)

5. Instauração pela Procuradoria da República no Estado de São Paulo de Notícia de Fato nº 1.34.001.002600/2019-87 relativo ao contrato celebrado entre Argeplan Arquitetura e Engenharia e a empresa Fibria Celulose S/A com valores em torno de R\$ 15,5 milhões de reais; e as relações financeiras envolvendo a Construbase e a PDA Projeto e Direção Arquitetônica LTDA (58 transações entre 09.09.2010 e 20.08.2015, no montante de R\$ 17.743.218,01) (PR/SP). (...)"

Assim, embora não se tenha notícia nos autos deste *Habeas Corpus*, do oferecimento de denúncia perante o TRF da 3ª Região, a ensejar a litispendência, fato é que houve determinação pelo c. STF de remessa do inquérito relativo à lavagem de dinheiro envolvendo as operações entre PDA PROJETOS e CONSTRUBASE, bem como a efetiva instauração de Notícia de Fato no âmbito do Ministério Público Federal de São Paulo, de modo que deve ser declinada a competência com

relação ao FATO 02.

Em suma: há conexão entre as denominadas operações "Radioatividade" e "Descontaminação" no que toca aos crimes de peculato e operações levadas a cabo pela ENGEVIX, AF CONSULT e ARGEPLAN, que são o FATO 01, e embora até seja factível que as movimentações apontadas no denominado FATO 2 possam retratar um alargamento da cadeia de interposição de pessoas com vistas à lavagem de dinheiro, é preciso reconhecer que em relação a essas movimentações entre a CONSTRUBASE e PDA o c. STF já determinou que as investigações devem ser deflagradas, ao menos num primeiro momento, perante a Justiça Federal de São Paulo.

Com relação aos FATOS 03 e 04, não guardam nenhuma relação com os crimes de lavagem de dinheiro tratados no FATO 02, não são apontados na decisão proferida pelo c. STF e sequer constam do pedido formulado pela Procuradoria-Geral da República no bojo do INQ n. 4.621/DF.

Os crimes de evasão de divisas em razão da manutenção de contas não declaradas na suíça por OTHON LUIZ PINHEIRO, ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO e ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNANI e os crimes de lavagem de dinheiro decorrentes das transações bancárias relacionadas às contas mantidas no exterior por esses três denunciados, são oriundos do Pedido de Transferência do Processo Suíço n. SC.15.1169-LEN, acostado à denúncia com a vasta documentação de fls. 2662/3686 (eventos 9, 10 e 11), vale dizer, da Cooperação Jurídica Internacional entre Brasil e Suíça, fruto do trabalho realizado entre MPF, Ministério da Justiça e o Governo Suíço, cuja documentação data de 2017 e diz respeito à fatos totalmente diversos das transações descritas no FATO 02.

Aliás, o paciente VANDERLEI NATALE não foi sequer denunciado pelos FATOS 03 e 04, de modo que nem caberia sobre eles tratar neste HC.

Portanto não há nulidade alguma a ser reconhecida. Há apenas que se proceder ao desmembramento com relação unicamente ao FATO 02 para a Justiça Federal de São Paulo e

manter junto à 7ª Vara Federal Criminal/SJRJ os demais fatos imputados, cumprindo estritamente o encaminhamento das investigações na forma como definido pelo c. STF.

E por força do que dispõe o art. 580 CPP, a concessão parcial da ordem alcança também aqueles denunciados que juntamente com o paciente VANDERLEI DE NATALE respondiam pelo conjunto de FATOS 02, a saber: JOÃO BATISTA LIMA FILHO (CORONEL LIMA), MARIA RITA FRATEZI e MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER, nos limites do conjunto de FATOS 02.

Ante o exposto, **VOTO NO SENTIDO DE CONCEDER PARCIALMENTE A ORDEM**, declarando a incompetência do Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/SJRJ, **EXCLUSIVAMENTE** com relação ao **FATO 02** da ação penal n. 0500623-71.2019.4.02.5101, sem que disso decorra qualquer nulidade, devendo quanto a este ponto, ser extraído traslado digital do processo, e remetido ao Juízo Distribuidor da Seção Judiciária de São Paulo/SJSP, para as providências cabíveis.

Deste modo, a Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pelo voto médio, concluiu que:

(a) em razão de existir conexão entre os crimes de peculato descritos na "Operação Descontaminação" (autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101, objeto do *Habeas Corpus*) e na "Operação Radioatividade" (autos n. 0510926-86.4.02.5101), a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro seria competente para o processamento dos crimes de peculato e demais operações levadas a cabo pelas empresas "ENGEVIX", "AF CONSULT" e "ARGEPLAN" ("Fato 01" da denúncia relativa à "Operação Descontaminação" – autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101);

(b) em relação aos crimes de lavagem de dinheiro referente às movimentações financeiras das empresas "CONSTRUBASE" e "PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA" ("Fato 02" da denúncia relativa à "Operação Descontaminação" – autos n. 0500623-

71.2019.4.02.5101), a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro seria incompetente para a tramitação dos autos, razão pela qual deveria haver o desmembramento dos autos em relação unicamente ao "Fato 02" da denúncia e o encaminhamento para uma das Varas Criminais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, nos termos do decidido no INQ 4.621/DF, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, em 28/03/2019;

(c) os "Fatos 03 e 04" narrados na denúncia da "Operação Descontaminação" (autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101) não guardariam relação com os crimes de lavagem de dinheiro descritos no "Fato 02" e como o paciente do *Habeas Corpus* (Vanderlei de Natale) não teria sido denunciado pelos "Fatos 03 e 04" nem sequer seria o caso de analisar os fatos na via estreita do *writ*.

Dessa maneira, em relação à impugnação voltada à ação penal n. 0500623-71.2019.4.02.5101 ("Operação Descontaminação"), que tramitava na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, importante destacar que o Ministério Público Federal imputou ao reclamante (Michel Miguel Elias Temer Lulia) e aos demais réus (João Baptista Lima Filho, Othon Luiz Pinheiro da Silva, José Antunes Sobrinho, Carlos Alberto Costa, Carlos Alberto Costa Filho, Ana Cristina da Silva Toniolo, Ana Luiza Barbosa da Silva Bolognani, Vanderlei de Natale, Carlos Alberto Montenegro Gallo, Carlos Jorge Zimmermann e Maria Rita Fratezi), a prática de crimes de peculato (art. 312, *caput*, c/c art. 327, §1º e §2º, ambos do Código Penal), de lavagem de dinheiro (art. 1º, §4º, da Lei n. 9.613/98) e de evasão de divisas (art. 22, parágrafo único, segunda parte, da Lei n. 7.492/86).

Trago, em apertada síntese, a contextualização dos fatos e o resumo das imputações típicas narrados na denúncia, inclusive com a menção ao chamado "Quadrilhão do PMDB", envolvendo o reclamante (denúncia datada de 29 de março de 2019):

1 DA CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS
1.1 DA OBRA DA USINA NUCLEAR DE ANGRA 3 E DAS
INVESTIGAÇÕES QUE CULMINARAM NO

DESBARATAMENTO DO ESQUEMA CRIMINOSO EXISTENTE

"Portanto, nós vivemos uma tragédia brasileira, a tragédia da corrupção que se espalhou de alto a baixo, sem cerimônia. Um país em que o modo de fazer política e negócios funciona assim: o agente político relevante escolhe o diretor da estatal ou o ministro, com cotas de arrecadação; e o diretor da estatal contrata, em licitação fraudada, a empresa que vai superfaturar a obra ou o contrato público, para depois distribuir dinheiros. E aí não faz diferença se foi para o bolso ou se foi para a campanha, porque o problema não é para onde vai. O problema é de onde vem; é a cultura de desonestidade que se cria de alto a baixo, com maus exemplos, em que todo mundo quer levar vantagem, todo mundo quer passar os outros para trás, todo mundo quer conseguir o seu, sem mencionar as propinas para financiamentos públicos, tudo documentado".
(LUIS ROBERTO BARROSO – 17/12/2018)

A presente denúncia é exemplo claro do esquema de corrupção citado pelo Ministro Barroso no pleno do Supremo Tribunal Federal no dia 17/12/2018.

No caso em apreço, após a realização de profunda investigação, que contou com a participação de diversos órgãos de controle em conjunto, como PF, Receita Federal, COAF, TCU e MPF, restou claro que **MICHEL TEMER** era "dono" da **ELETRONUCLEAR**, tendo sido o responsável pela indicação de **OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA (OTHON PINHEIRO)** para sua presidência.

Em contrapartida, **OTHON PINHEIRO** cuidou para que a empresa **ARGEPLAN**, de titularidade de um dos operadores financeiros de **TEMER**, **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO (CORONEL LIMA)**, fosse subcontratada em projeto nuclear, mesmo sem qualquer capacidade técnica para tanto, como forma de verter dinheiro de propina destinado a **TEMER**.

A par do peculato citado, também foram identificados mais dois atos de lavagem de ativos envolvendo outro operador financeiro de **TEMER**, de nome **VANDERLEI DE NATALE**,

bem como novos atos de lavagem de ativos no exterior praticados por **OTHON SILVA** e suas filhas, **ANA CRISTINA TONIOLO** e **ANA LUIZA BOLOGNANI**.

Antes de ingressar nas imputações e na descrição dos fatos denunciados, no entanto, impende fazer um relato histórico das investigações e de sua evolução até a deflagração da Operação **DESCONTAMINAÇÃO**, que redundou na prisão do ex-presidente da República e de parcela relevante de sua organização criminosa.

No bojo da Operação **RADIOATIVIDADE** (deflagrada em 28/07/2015), as investigações constataram o envolvimento de, pelo menos, duas grandes empreiteiras (**ANDRADE GUTIERREZ** e **ENGEVIX**), em prática ilícitas, em virtude da execução de contratos e aditivos celebrados com a **ELETRONUCLEAR**.

Conforme narrado na denúncia proposta (ação penal n.º 0510926-86.2015.4.02.5101), à época, perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, executivos das citadas empresas ofereceram e prometeram vantagens indevidas a **OTHON PINHEIRO**, para determiná-lo a praticar, omitir e retardar atos de ofício, em razão de seu cargo de presidente da estatal.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal, nos autos da AP 963/PR, em decisão da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF **TEORI ZAVASCKI**, os autos foram encaminhados à Justiça Federal do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

"Ante o exposto, mantida perante essa Suprema Corte a investigação dos fatos no que se refere ao envolvimento de parlamentar federal (Inquérito 4.075), determino: (a) a extração de cópia integral dos autos para juntada no Inquérito 4.075; (b) a imediata remessa dos autos da ação penal à Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para que lá tenha curso, como de direito, perante a vara federal a que tocar por livre distribuição. As determinações aqui indicadas deverão ser cumpridas com urgência e independentemente da publicação da presente decisão. Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de outubro de 2015."

Após livre distribuição, o processo foi remetido à 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, tendo sido tombado sob o nº 0510926-86.2015.4.02.5101.

Ao final de regular instrução, no que interessa à narrativa da presente denúncia, **JOSÉ ANTUNES SOBRINHO**, representante da ENGEVIX, foi condenado pelos crimes de: (1) corrupção ativa, (2) lavagem de ativos e (3) organização criminosa, pelo juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Nos termos da sentença condenatória proferida, foi provado que **JOSÉ ANTUNES SOBRINHO**, por meio da empresa ENGEVIX, pagou vantagens indevidas a **OTHON PINHEIRO**, então presidente da ELETRONUCLEAR, em razão de contratos firmados com a empresa, em esquema sofisticado de lavagem de dinheiro que contou com interpostas pessoas para distanciar o produto do crime de seus autores.

Como atestado na ação penal, após consumados os delitos antecedentes de corrupção e fraude às licitações, entre 03/05/2010 e 05/05/2014, **ANTUNES**, sob a concordância e anuência de **OTHON PINHEIRO**, repassou a quantia bruta R\$ 1.529.166,00 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil e cento e sessenta e seis reais), por meio de 44 (quarenta e quatro) repasses, embasados em contratos fictícios celebrados entre a ENGEVIX ENGENHARIA e a LINK PROJETOS.

Após creditados os valores provenientes da ENGEVIX nas contas bancárias da LINK PROJETOS, entre 03/05/2010 e 05/05/2014, a filha de **OTHON**, **ANA CRISTINA TONIOLO** e **VICTOR COLAVITTI**, simularam contrato de prestação de serviços entre a LINK PROJETOS e a empresa ARATEC, com a consequente emissão de notas fiscais frias que justificaram o repasse da quantia de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por meio de 35 (trinta e cinco) transferências para a ARATEC. Além disso, a ENGEVIX chegou a transferir, a título de propina, para **OTHON**, por meio da ARATEC, R\$ 30.000,00, diretamente, sem se valer de qualquer intermediário.

Graficamente, assim pode ser ilustrado o esquema de

pagamento de vantagens indevidas e lavagem de capitais praticado por **ANTUNES** e **OTHON PINHEIRO** com o auxílio de terceiros:

[...]

Cumprе ressaltar que, no esquema acima, não só **JOSÉ ANTUNES** é colaborador da Justiça, como também o sócio da **LINK PROJETOS**, **VICTOR SÉRGIO COLAVITTI**, que confessou a inexistência de qualquer serviço prestado em contraprestação aos pagamentos realizados, o que culminou na condenação de **OTHON PINHEIRO**, **ANA CRISTINA TONIOLO** (sua filha), além dos colaboradores, nos delitos de lavagem e corrupção por esse juízo.

Ressalte-se que restou comprovado ainda no processo da Operação **RADIOATIVIDADE**, que **OTHON PINHEIRO**, em virtude da licitação e contratos firmados com as empresas **ENGEVIX**, **ODEBRECHT**, **UTC**, **CAMARGO CORREA**, **TECHINT**, **ANDRADE GUTIERREZ**, **EBE** (Grupo **MPE**) e **QUEIROZ GALVÃO**, abriu em agosto de 2014, portanto, às vésperas da assinatura dos contratos dessas empresas com a **ELETRONUCLEAR**, uma conta bancária em nome da *offshore* **HYDROPOWER ENTERPRISE LIMITED**, no **Banco Havilland S/A**, em **Luxemburgo**, para recebimento das vantagens indevidas em razão do cargo de Presidente da **ELETRONUCLEAR**.

Igualmente foi comprovada, no bojo da ação penal decorrente da Operação **RADIOATIVIDADE**, a participação de **CARLOS GALLO**, administrador da empresa **CG IMPEX** (atual **CG CONSULTORIA**), para operacionalizar o branqueamento de valores repassados pela **ANDRADE GUTIERREZ** à **ARATEC ENGENHARIA**, empresa de propriedade de **OTHON PINHEIRO** e de sua filha **ANA CRISTINA**.

Com efeito, após consumados os delitos antecedentes de corrupção, cartel e fraude às licitações, entre 02/02/2009 e 26/09/2012, **CARLOS GALLO**, sob a orientação e anuência de **OTHON PINHEIRO**, recebeu a quantia bruta de **R\$**

2.930,000,00 (dois milhões e novecentos e trinta mil reais), por meio de 13 repasses embasados em contratos fictícios celebrados entre a ANDRADE GUTIERREZ e a **CG IMPEX**, da qual era sócio.

Após creditados os valores provenientes da ANDRADE GUTIERREZ nas contas bancárias da **CG IMPEX**, entre 02/02/2009 e 26/09/2012, **ANA CRISTINA TONIOLO** (filha de **OTHON PINHEIRO**) e **CARLOS GALLO** simularam contratos de prestação de serviços entre a **CG IMPEX** e a empresa **ARATEC**, com a consequente emissão de notas fiscais para justificar o repasse da quantia bruta de R\$ 2.045.001,53 (dois milhões, quarenta e cinco mil, um real e cinquenta e três centavos) à **ARATEC** por meio de 38 (trinta e oito) transferências.

O gráfico a seguir reproduzido resume as operações em comento:

[...]

Salienta-se que **CARLOS GALLO** também foi condenado na ação penal n.º 0510926-86.2015.4.02.5101 pelo crime de embaraço à investigação pelo uso de documentos falsos, como se hígidos fossem, relativamente a contratos de prestação de serviços entre a **CG IMPEX** e a ANDRADE GUTIERREZ e a **ARATEC** e a **CG IMPEX**, haja vista que não ocorreu a efetiva prestação de serviços entre tais empresas.

Ainda em relação a **CARLOS GALLO**, oportuno destacar que o mesmo também auxiliou a prática dos atos de lavagem de capitais referente ao repasse de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) da ANDRADE GUTIERREZ para a empresa **JNOBRE ENGENHARIA**.

A instrução processual comprovou que **CARLOS GALLO**, que dividia o escritório da **CG IMPEX** com a **JNOBRE ENGENHARIA**, foi o responsável pelas tratativas para que a empresa **JNOBRE** também fosse utilizada no repasse de dinheiro da ANDRADE GUTIERREZ para a **ARATEC**, nos mesmos moldes que fazia como a **CG IMPEX**.

Após creditados os valores provenientes da ANDRADE

GUTIERREZ nas contas bancárias da **JNOBRE**, entre 05/11/2012 e 01/09/2014, transferida à **ARATEC** a quantia bruta de R\$ 927.500,00 (novecentos e vinte e sete mil e quinhentos reais), por meio de contratos de fictícios de prestação de serviços entre a **JNOBRE ENGENHARIA** e a empresa **ARATEC**, com a consequente emissão de notas fiscais.

Depois da propositura da referida ação penal, a investigação prosseguiu, com foco nos delitos de corrupção passiva praticados por diretores da **ELETRONUCLEAR**.

Seus desdobramentos, então, deram origem à Operação **PRIPYAT** (autos nº 0100511-75.2016.4.02.5101), que possibilitou a identificação de outra parcela da organização criminosa responsável pela prática de corrupção, fraude a licitações e lavagem de dinheiro, na construção da usina de Angra 3, pela **ELETRONUCLEAR**.

Com efeito, na Operação **PRIPYAT** restou demonstrado que a **ENGEVIX**, também por meio de contratos de fachada, utilizou-se de interposta pessoa para pagamento de vantagens indevidas ao diretor LUIZ SOARES, conforme diagrama abaixo:

[...]

Neste caso, também usando o mesmo estratagema de contratos de fachada, a fim de justificar as transferências bancárias, a **ENGEVIX** repassou à empresa **FLEXSYSTEM ENGENHARIA** R\$ 1.306.249,80, a pedido de diretor LUIZ SOARES.

Aqui, no entanto, a sofisticação foi um pouco maior, pois a empresa intermediária usada não repassou diretamente aos beneficiários finais os valores por meio de transferências bancárias rastreáveis, valendo-se de saques em espécie para interromper o caminho do dinheiro aos seus destinatários.

No bojo dos citados autos, também no que interessa à presente denúncia, **JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** foi condenado pelos crimes de (1) corrupção ativa e (2) lavagem de ativos.

Nestas ações penais, **SOBRINHO** veio a cooperar com as investigações, confessando os delitos praticados, no comando

da ENGEVIX, indicando provas e apontando outros envolvidos.

Também na 7ª Vara Federal tramita ação penal decorrente da Operação **IRMANDADE** (autos nº 0106644-36.2016.4.02.5101), deflagrada a partir da colaboração de executivos da ANDRADE GUTIERREZ que indicaram a forma de geração do "caixa 2" da empresa para realização dos pagamentos de propina em espécie para funcionários da **ELETRONUCLEAR**.

Esse esquema de lavagem de dinheiro era sustentado na celebração de contratos fictícios e expedição de notas fiscais falsas com várias empresas, dentre elas pessoas jurídicas somente constituídas no papel, controladas pelos irmãos ADIR ASSAD e SAMIR ASSAD.

Pois bem, após ser condenado nas citadas ações penais, **JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** firmou acordo de colaboração premiada com a Polícia Federal, homologado no Supremo Tribunal Federal, mencionando pagamentos indevidos feitos pela ENGEVIX, no valor de R\$ 1.091.475,50, em 2014, solicitados por **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO (CORONEL LIMA)**, operador financeiro do então Vice-Presidente da República **MICHEL TEMER**, no contexto do contrato da **AF CONSULT LTD** com a **ELETRONUCLEAR**, presidida à época por **OTHON PINHEIRO**. A instrumentalização dos pagamentos contou, ainda, com a participação do então ministro MOREIRA FRANCO. Tais fatos, que traduzem crimes de corrupção, serão imputados em denúncia autônoma.

O termo de colaboração nº 2, mencionando pagamentos de vantagens indevidas em razão da obra da Usina Nuclear de Angra 3, foi encaminhado à 7ª Vara, por determinação do Exmo. Ministro do STF **LUÍS ROBERTO BARROSO** (PET 7810) (autos nº 0500531-93.2019.4.02.5101).

O referido termo permitiu que as investigações relacionadas às fraudes praticadas nos contratos de ANGRA 3 fossem aprofundadas. Em razão do depoimento do colaborador, evidências apreendidas em fases anteriores da

operação passaram a fazer sentido para as autoridades (como as menções a "LIMOEIRO", "CORONEL", "TURCO", entre outros), possibilitando o desbaratamento da organização criminosa.

Desta forma, após exaustiva investigação que contou com medidas de quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico, telemático, além de relatórios do Tribunal de Contas da União e do COAF, foi possível comprovar o esquema criminoso envolvendo a execução do projeto de engenharia eletromecânico 01, da usina nuclear de Angra 3, o que permitiu a deflagração da fase ostensiva da Operação **DESCONTAMINAÇÃO**, em 21/03/2019.

A presente denúncia versa sobre o crime de peculato relativamente ao valor de **R\$ 10.859.075,15 (dez milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, setenta e cinco reais e quinze centavos)** desviados da **ELETRONUCLEAR** por meio da **AF CONSULT DO BRASIL**, subcontratada para realização do contrato de engenharia eletromecânico 01, da usina nuclear de Angra 3.

Também são objeto da presente denúncia os crimes de lavagem de dinheiro praticados por **VANDERLEI NATALE** por meio de celebração de contratos fictícios de prestação de serviços entre a empresa **CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA** e a **PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA**, para dar aparência de licitude às transferências para **CORONEL LIMA**.

Por fim, a presente denúncia cuida, ainda, sobre os crimes de lavagem de ativos e evasão de divisas praticados por **OTHON PINHEIRO** e sua filha **ANA CRISTINA TONIOLO** no que se refere à ocultação de CHF 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil francos suíços), o que corresponde a **R\$ 60.044.049,73 (sessenta milhões, quarenta e quatro mil, quarenta e nove reais e setenta e três centavos)** mantidos em contas na Suíça.

Salienta-se, por oportuno, que a peça acusatória **não esgota** todos os crimes praticados pela organização criminosa,

que serão objeto de novas denúncias autônomas, inclusive quanto aos crimes de corrupção praticados.

Necessário esclarecer, ainda, que, considerando o tamanho e a complexidade da organização criminosa liderada por **MICHEL TEMER**, a presente denúncia **não importa em arquivamento implícito quanto a pessoas não denunciadas ou fatos ora não imputados**, especialmente em razão de ainda estar em curso investigação sobre os demais ilícitos penais, inclusive com pedidos de cooperações internacionais.

Ademais, muito embora as condutas dos fatos aqui narrados sejam, evidentemente, correlatos aos ilícitos imputados na ação penal 0510926-86.2015.4.02.5101 (operação **RADIOATIVIDADE**), com eles não se confundem, sendo autônomos e independentes, pelo que resta afastada, desde logo, qualquer futura alegação de litispendência ou *bis in idem* pelos crimes ora descritos.

Por fim, imprescindível trazer à baila o artigo 2º, II, da Lei 9.613/98, que assevera que o **processamento e julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes**, "cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei [Lei de Lavagem] a decisão sobre a unidade de processo e julgamento".

2 RESUMO DAS IMPUTAÇÕES TÍPICAS

2.1 DO CRIME DE PECULATO ENVOLVENDO A CONTRATAÇÃO DA AF CONSULT LTD E A SUBCONTRATAÇÃO DA ENGEVIX E AF CONSULT DO BRASIL PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO GAC.T/CT-4500151462 COM A ELETRONUCLEAR

No período de 24 de maio de 2012 a 09 de agosto de 2016, **OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA**, de modo consciente e voluntário, valendo-se da sua condição de Diretor-Presidente da **ELETRONUCLEAR**, desviou, por determinação e em benefício do então Vice-Presidente da República, **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**, e de seu operador financeiro **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO**, o montante de R\$ 10.859.075,15 (dez milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil,

setenta e cinco reais e quinze centavos), de que tinha posse em razão de presidir os negócios da estatal, por meio de transferências para a empresa **AF CONSULT BRASIL**, com auxílio de **CARLOS ALBERTO COSTA**, representante da **ARGEPLAN**, que integra o quadro societário da **AF CONSULT BRASIL**, **CARLOS ALBERTO COSTA FILHO** e **CARLOS JORGE ZIMMERMANN**, representantes da

AF CONSULT, **JOSÉ ANTUNES SOBRINHO**, representante da empresa **ENGEVIX** que integra consórcio para execução do contrato do projeto eletromecânico 1 de Angra 3, além de **VANDERLEI DE NATALE** e **CARLOS ALBERTO MONTENEGRO GALLO**, que exerciam influência na nomeação e decisões políticas de **OTHON PINHEIRO** e a interface com **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO** (**Peculato: art. 312, caput c/c art. 327, §1º e §2º, na forma dos arts. 29 e 30, todos do Código Penal – Conjunto de fatos 1**).

2.2 DO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO ENVOLVENDO OS CONTRATOS FICTÍCIOS ENTRE A CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA E A EMPRESA PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA.

Consumados os delitos antecedentes de pertinência à organização criminosa, corrupção e peculato, entre 31 de janeiro de 2013 a 16 de janeiro de 2016, **VANDERLEI DE NATALE** e **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO (CORONEL LIMA)**, com participação de **MARIA RITA FRATEZI** e sob orientação e anuência de **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**, por intermédio da organização criminosa, ocultaram e dissimularam a origem, a natureza, disposição, movimentação e a propriedade de R\$ 14.535.694,00, por meio transferências de recursos financeiros decorrentes da celebração de contratos fictícios entre a empresa **CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA**, de responsabilidade de **VANDERLEI DE NATALE**, e a empresa **PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA**, de responsabilidade de **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO** e **MARIA RITA FRATEZI** (**Lavagem de Ativos: Art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98 – Conjunto de fatos 2**).

2.3 DOS CRIMES DE EVASÃO DE DIVISAS EM RAZÃO DA MANUTENÇÃO DE CONTAS NÃO DECLARADAS NA SUÍÇA POR OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO E ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNANI

No período compreendido entre outubro de 2006 e 31 de dezembro de 2014, o denunciado **OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA**, de modo consciente e voluntário, com o auxílio de suas filhas **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO** e **ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNANI** mantiveram, em, ao menos, 4 (quatro) oportunidades distintas, depósitos não declarados à repartição federal competente no valor correspondente em Francos Suíços a, ao menos, CHF 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil francos suíços) nas seguintes contas: 1) conta nº 50344700, em nome da offshore WATERFRONT OVERSEAS SA, tendo como beneficiária **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO**, no banco Lombard Odier (LODH), na Suíça, mantida entre 01/06/2010 e, ao menos, 31/12/2014; 2) conta nº 20519000, em nome da offshore DELAROSA PROPERTIES LTD, tendo como beneficiária **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO**, no banco Lombard Odier (LODH), na Suíça, mantida entre 03/04/2007 e, ao menos, 31/12/2013; 3) conta nº 08351840671-2 (Pseudônimo IBEROAMERICA), em nome de **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO**, tendo como beneficiários **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO** e **ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNANI**, no banco Credit Suisse, na Suíça, mantida entre 29/07/2014 e, ao menos, 31/12/2014; 4) conta nº 08351209670, em nome da offshore SARA BUSINESS CORP, tendo como beneficiária **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO**, no banco Credit Suisse, na Suíça, mantida entre 16/12/2013 e, ao menos, 31/12/2014. **(Evasão de Divisas/Artigo 22, § único, segunda parte, da Lei 7.492/86 c/c artigo 71 do Código Penal – Conjunto de Fatos 03).**

2.4 DOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO EM RAZÃO DAS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS RELACIONADAS ÀS CONTAS MANTIDAS NO EXTERIOR POR OTHON LUIZ

PINHEIRO DA SILVA, ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO E ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNANI (CONJUNTO DE FATOS 04)

Consumados os delitos antecedentes de corrupção, pertencimento à organização criminosa e contra o sistema financeiro nacional, o denunciado **OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA**, de modo consciente e voluntário, com o auxílio de suas filhas **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO** e **ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNAN**, no período compreendido entre outubro de 2006 a meados de 2015, em ao menos 4 (quatro) oportunidades distintas, tendo como propósito distanciar ainda mais o dinheiro derivado de crimes praticados pela organização criminosa de sua origem ilícita, ocultaram e dissimularam a origem, a natureza, disposição, movimentação e a propriedade de, ao menos, CHF 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil francos suíços), com a manutenção e movimentação de recursos provenientes de corrupção nas seguintes contas no exterior abertas em nome de pessoas físicas e *offshores*: 1) conta nº 50344700, em nome da offshore WATERFRONT OVERSEAS SA, tendo como beneficiária **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO**, no banco Lombard Odier (LODH), na Suíça, mantida entre 01/06/2010 e, ao menos, 31/12/2014; 2) conta nº 20519000, em nome da offshore DELAROSA PROPERTIES LTD, tendo como beneficiária **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO**, no banco Lombard Odier (LODH), na Suíça, mantida entre 03/04/2007 e, ao menos, 31/12/2013; 3) conta nº 08351840671-2, em nome de **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO**, tendo como beneficiários **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO** e **ANA LUIZA DA SILVA BOLOGNANI**, no banco Credit Suisse, na Suíça, mantida entre 29/07/2014 e, ao menos, 31/12/2014; 4) conta nº 08351209670, em nome da offshore SARA BUSINESS CORP, tendo como beneficiária **ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO**, no banco Credit Suisse, na Suíça, mantida entre 16/12/2013 e, ao menos, 31/12/2014. (**Lavagem de Ativos/Art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98 – Conjunto de fatos 04**).

[...]

3.2 DA MATERIALIDADE DO CRIME DE LAVAGEM DE ATIVOS ENVOLVENDO OS CONTRATOS FICTÍCIOS ENTRE A CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA E A EMPRESA PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA (CONJUNTO DE FATOS 02)

Consumados os delitos antecedentes de corrupção e peculato, entre 31 de janeiro de 2013 a 16 de janeiro de 2016, **VANDERLEI DE NATALE** e **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO (CORONEL LIMA)**, com participação de **MARIA RITA FRATEZI** e sob orientação e anuência de **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**, por intermédio de organização criminosa, ocultaram e dissimularam a origem, a natureza, disposição, movimentação e a propriedade de R\$ 14.535.694,00, por meio transferências de recursos financeiros decorrentes da celebração de contratos fictícios entre a empresa CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA, de responsabilidade de **VANDERLEI DE NATALE**, e a empresa PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA, de responsabilidade de **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO** e **MARIA RITA FRATEZI** (Lavagem de Ativos/Art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98 – Conjunto de fatos 02).

3.2.1 DOS CRIMES ANTECEDENTES

A configuração dos crimes lavagem de capitais imputados adiante está alicerçada, na forma do Art. 2º, §1º da Lei 9.613/9836 em crimes antecedentes: **1)** corrupção passiva e ativa (arts. 317 e 333, CP), cartel (art 4º da Lei n. 8.137/1990) e fraudes à licitação (art. 89 e ss. da Lei n. 8.666/1993), em parte já denunciados no âmbito da Operação **RADIOATIVIDADE**; e **2)** pertinência a organização criminosa (art. 288 do CP e art. 2º da Lei 12.850/2013 – este já denunciado no âmbito da investigação chamada de "Quadrilhão do MDB"); **3)** referentes às obras de Angra 3, peculato e corrupção passiva (arts. 312 e 317 do CP), apontada na presente denúncia.

Os fatos objeto da presente denúncia têm lugar no bojo das obras de construção da Usina Nuclear de Angra 3 e

envolvem, de certa forma, alguns dos personagens ali mencionados. Por outro lado, tais crimes também se relacionam, de certa forma, a uma série de outros crimes praticados por aqueles ali já investigados e além deles, em especial, as pessoas de **MICHEL TEMER** e **CORONEL LIMA**.

Com efeito, alguns dos atos objeto da presente denúncia se prestam à lavagem de capitais oriundos de crimes praticados pelos personagens investigados e já condenados na Operação **RADIOATIVIDADE** e de valores advindos de outros crimes praticados e sob investigação, envolvendo **TEMER** e **CORONEL LIMA**, conforme se pode observar:

3.2.1.1 CORRUPÇÃO PASSIVA E ATIVA (ARTS. 317 E 333, CP), CARTEL (ART 4º DA LEI N. 8.137/1990) E FRAUDES À LICITAÇÃO (ART. 89 E SS. DA LEI N. 8.666/1993), EM PARTE JÁ DENUNCIADOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO RADIOATIVIDADE

Conforme já descrito acima, no bojo da Operação **RADIOATIVIDADE**, foi desbaratada organização criminosa que atuou na construção da usina nuclear de Angra 3, praticando crimes de cartel, corrupção ativa e passiva, lavagem de capitais, fraudes a licitação, dentre outros.

Nesse processo foram condenados **OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, ANA CRISTINA SILVA TONIOLO, ROGÉRIO NORA DE SÁ, CLÓVIS RENATO NUMA PEIXOTO PRIMO, OLAVINHO FERREIRA MENDES, OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO, FLÁVIO DAVID BARRA, GUSTAVO RIBEIRO DE ANDRADE BOTELHO, CARLOS ALBERTO MONTENEGRO GALLO, JOSUÉ AUGUSTO NOBRE, GERALDO TOLEDO ARRUDA JUNIOR, JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** e **VICTOR SÉRGIO COLAVITTI**.

Nos termos da sentença condenatória proferida por esse juízo, foi provado que **JOSÉ ANTUNES SOBRINHO**, por meio da empresa **ENGEVIX**, pagou vantagens indevidas a **OTHON PINHEIRO**, então presidente da **ELETRONUCLEAR**, em razão de contratos firmados com a empresa, em esquema sofisticado de lavagem de dinheiro que contou com interpostas pessoas

para distanciar o produto do crime de seus autores.

Com efeito, na sentença proferida na Ação n. 0510926-86.2015.4.02.5101 (Operação **RADIOATIVIDADE**), **OTHON PINHEIRO** foi condenado pela prática, dentre outros, dos crimes de **corrupção passiva** por valores recebidos da ANDRADE GUTIERREZ e da ENGEVIX (artigo 317 do Código Penal): em decorrência do recebimento de vantagem indevida, por 3 (três) vezes no caso da ANDRADE GUTIERREZ e 1 (uma) vez no caso da ENGEVIX, nos termos da fundamentação, em razão do cargo de Diretor da **ELETRONUCLEAR** dos representantes das duas empresas referidas.

Naquela mesma sentença, o magistrado reconhece quanto aos crimes antecedentes, a existência de fortes indícios da prática de **formação de cartel e crimes licitatórios**:

Quanto ao crime de formação de cartel (artigo 4, II, "a" e "b" da Lei nº 8.137/1990), como dito no tópico anterior, há fortes indícios de materialidade e autoria e que, com alto grau de probabilidade, foi demonstrado que os denunciados frustraram a competitividade nas licitações para a construção da Usina ANGRA3 (editais nos GAG.T/CN.005-11 e GAC.T/CN-003/13).

Além disso, a instrução processual identificou fortes indícios de que os acusados teriam praticado também os crimes tipificados nos artigos 90 e 96, V, da Lei nº 8.666/1993, respectivamente, ao inserirem cláusulas restritivas à competitividade no edital de Pré-qualificação nº GAG.T/CN-005/11 e ao reduzirem a competitividade e valor dos descontos nos contratos quanto ao edital GAC.T/CN-003/13.

3.2.1.2 PERTINÊNCIA A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ("QUADRILHÃO DO MDB")

Conforme já exposto na medida cautelar de prisão, a PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA ofereceu denúncia, no bojo dos inquéritos 4.327/STF e 4.483/STF, no tocante ao chamado "Quadrilhão do PMDB", e imputou os crimes de organização criminosa e obstrução de justiça. Além de **MICHEL TEMER**, foram denunciados os ex-ministros MOREIRA FRANCO, ELISEU PADILHA, GEDDEL VIEIRA LIMA e

HENRIQUE EDUARDO ALVES; além dos ex-deputados EDUARDO CUNHA e RODRIGO ROCHA (PMDB-PR). Os empresários JOESLEY BATISTA e RICARDO SAUD, da J&F, foram acusados de obstrução de Justiça, o que não será objeto de narrativa, por questão de pertinência temática.

[...]

3.2.1.3 CRIME DE PECULATO REFERENTE À OBRA DE ANGRA 3 ENVOLVENDO A AF CONSULT

Conforme narrado, dentre os crimes praticados pela organização criminosa chefiada por **MICHEL TEMER**, incluem-se os crimes de peculato e corrupção passiva, cometidos mediante concurso formal, objeto da presente denúncia e já narrados em tópico supra, relativamente ao valor de R\$ 10.859.075,15 (dez milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, setenta e cinco reais e quinze centavos) desviados da **ELETRONUCLEAR** por meio da **AF CONSULT DO BRASIL**, subcontratada para realização do contrato de engenharia eletromecânico 01, da usina nuclear de Angra 3.

Para o sucesso do esquema criminoso, a organização criminosa chefiada pelo ex-Presidente da República **MICHEL TEMER** contou com a atuação de funcionários públicos de alto escalão, como **OTHON PINHEIRO**, então Presidente da **ELETRONUCLEAR**, bem como de seu operador financeiro **CORONEL LIMA**, os quais tiveram a conivência do colaborador **JOSÉ ANTUNES SOBRINHO**, administrador da **ENGEVIX**, além do auxílio de **CARLOS ALBERTO COSTA**, **CARLOS ALBERTO FILHO**, **VANDERLEI NATALE**, **CARLOS GALLO** e **CARLOS ZIMMERMANN**.

Conforme narrado, em capítulo supra, no período de 24 de maio de 2012 a 09 de agosto de 2016, **OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA**, de modo consciente e voluntário, valendo-se da sua condição de Diretor-Presidente da **ELETRONUCLEAR**, desviou, por determinação e em benefício do Vice-Presidente da República **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA** e de seu operador financeiro **JOÃO BAPTISTA**

LIMA FILHO, o montante de R\$ 10.859.075,15 (dez milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, setenta e cinco reais e quinze centavos), de que tinha posse em razão de superintender os negócios da estatal, por meio de transferências para a empresa **AF CONSULT BRASIL**, com auxílio de **CARLOS ALBERTO COSTA**, representante da **ARGEPLAN**, que integra o quadro societário da **AF CONSULT BRASIL**, **CARLOS ALBERTO COSTA FILHO** e **CARLOS JORGE ZIMMERMANN**, representantes da **AF CONSULT**, **JOSÉ ANTUNES SOBRINHO**, representante da empresa **ENGEVIX** que integra consórcio para execução do contrato do projeto eletromecânico 1 de Angra 3, além de **VANDERLEI DE NATALE** e **CARLOS ALBERTO MONTENEGRO GALLO**, que exerciam influência na nomeação e decisões políticas de **OTHON PINHEIRO** (Peculato: art. 312 c/c art. 327, §1º e §2º, na forma dos arts. 29 e 30 e art. 70, todos do Código Penal – Conjunto de fatos 1).

3.2.2 LAVAGEM DE ATIVOS PELA ATUAÇÃO DO DENUNCIADO VANDERLEI DE NATALE

As investigações demonstraram que **MICHEL TEMER** e a organização criminosa orquestravam a operação financeira dos ativos que arrecadaram ilicitamente de acordo com alguns padrões bem definidos, baseados no nível de confiança e amizade que tinham com seus interlocutores.

O grupo criminoso utilizava-se de empresas administradas por **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO**, **MARIA RITA FRATEZI** e **VANDERLEI DE NATALE** para a realização da lavagem de ativos. Como os empresários por trás dessas empresas eram do círculo de amizade pessoal de **MICHEL TEMER**, o dinheiro circulava entre essas empresas e dissimulavam a origem ilícita dos recursos.

Tal se deu, portanto, com a empresa a empresa **CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA**, de responsabilidade de **VANDERLEI DE NATALE**, e a empresa **PDA PROJETOS E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA**, de responsabilidade de **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO** e **MARIA RITA FRATEZI** conforme passamos a expor, que, em comum acordo,

dissimulou a origem e ocultou o valor de R\$ 14.535.694,00, provenientes dos crimes antecedentes, por meio da celebração de contratos fictícios.

A empresa **CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA**, administrada por **VANDERLEI DE NATALE**, realizou 29 transferências de sua conta-corrente 506721, agência 350, do Banco Itau, no valor total de R\$ 14.372.354,12 para a conta-corrente 0571903, da agência 1592 do HSBC de titularidade da empresa **PDA PROJETO E**

DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA. no período de 31 janeiro de 2013 a 25 de agosto de 2015. O quadro abaixo identifica cada transação:

[...]

Os fatos narrados levam a conclusão de que não houve prestação de serviços por parte da empresa **PDA PROJETO E ADMINISTRAÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA** para a empresa **CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA**. Os atos de transferências bancárias sem a devida contraprestação de serviços, conforme as planilhas acima, demonstram que o **CORONEL LIMA** e a sua esposa **MARIA RITA FRATEZI** forjaram documentos e criaram justificativas fictícias para fundamentar as transferências de recursos, com o objetivo dissimular a ilicitude dos valores recebidos.

Diante dos fatos apresentados entre **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, MARIA RITA FRATEZI, VANDERLEY DE NATALI** e **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**, há comunhão de desígnios para o cometimento do crime de lavagem de dinheiro previsto no art. 1º, §1º, II da lei 9613/98.

Ao analisar a contextualização dos fatos e o resumo das imputações da denúncia parcialmente transcrita acima (autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101) e a documentação juntada pelo reclamante, fica patente que os fatos descritos nesta denúncia (autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101) são conexos com os fatos criminosos descritos na denúncia referente aos autos n. 0500622-86.2019.4.02.5101 (objeto da Rcl 46.519/RJ, de minha

RCL 47126 / RJ

Relatoria), por se tratar, ambos os casos, de denúncias da "Operação Descontaminação", desdobramento das investigações conduzidas na "Operação Radioatividade" (autos n. 0510926-86.4.02.5101).

Além disso, tendo em vista que a própria denúncia afirmou, expressamente, que os crimes antecedentes para a caracterização dos crimes de lavagem de dinheiro estariam relacionados com os crimes denunciados nos âmbitos da "Operação Descontaminação" (corrupção passiva e peculato) e do "Quadrilhão do PMDB" (organização criminosa), os fatos apurados nestes autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101 ("Operação Descontaminação") devem seguir o mesmo encaminhamento dado aos autos n. 0500622-86.2019.4.02.5101 (objeto da Rcl 46.519/RJ, de minha Relatoria), tudo com o objetivo de evitar decisões contraditórias ou conflitantes.

Reconhecida a incompetência da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro para a tramitação do processo-crime n. 0500623-71.2019.4.02.5101 e da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo para a tramitação do processo crime n. 5002238-31.2021.4.03.6181, nos termos do art. 567, do Código de Processo Penal, devem ser declarados nulos todos os atos decisórios, inclusive o recebimento da denúncia (se houver), determinando-se a remessa dos autos à 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, considerada a similitude fática com outros procedimentos correlatos que tramitam no referido juízo (HC 121.189/PR, Rel. Min. ROSA WEBER, Redator p/ Acórdão Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 25/09/2014; HC 107.242/PE, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 01/06/2011; HC 104.617/BA, Rel. Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, DJe de 08/10/2010; HC 96.561/PA, Rel. Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, DJe de 05/06/2009 e HC 70.531/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, DJ de 17/06/1994).

Por fim, destaco que a presente decisão não conflita com anterior entendimento adotado pelo Min. ROBERTO BARROSO nos autos do INQ 4.621/DF, pois naquela oportunidade apenas foi deferido mero requerimento Ministerial para o encaminhamento de inquérito policial envolvendo o contrato celebrado entre a "ARGEPLAN ARQUITETURA E

ENGENHARIA" e a empresa "FIBRIA CELULOSE S/A", e as relações financeiras envolvendo a "CONSTRUBASE ENGENHARIA LIDA" e a "PDA PROJETO E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA LTDA", à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, sem qualquer juízo de valor do caso concreto à luz do acórdão paradigma questionado (INQ 4.327 AgR-segundo/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 09/08/2018). Confira-se, na íntegra, o trecho da decisão para que não se alegue violação da decisão:

11. Em cota anexa à denúncia, a Procuradora-Geral da República manifestou-se contrariamente ao pedido de prisão preventiva apresentado pela autoridade policial e formulou os seguintes requerimentos:

[...]

7) remessa do inquérito tendo como objeto o contrato celebrado entre a Argeplan Arquitetura e Engenharia e a empresa Fibria Celulose S/A, com valores em torno de R\$ 15,5 milhões; e as relações financeiras envolvendo a Construbase e a PDA Projeto e Direção Arquitetônica Ltda (58 transações, entre 09/09/2010 a 20/08/2015, envolvendo R\$ 17.743.218,01) para a Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

[...]

20. Defiro, ainda, os demais requerimentos da Procuradora-Geral da República acerca da instauração e remessa de inquéritos para outros órgãos jurisdicionais, formulados nos itens 3 a 7 da cota anexa à denúncia (fls. 6682).

Diante do exposto, com base no art. 161, *parágrafo único*, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, JULGO PROCEDENTE o pedido para CASSAR O ACÓRDÃO da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – que reconheceu a competência da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro para o processamento de parte dos fatos descritos nos autos n. 0500623-71.2019.4.02.5101 e encaminhou a outra parte para uma das Varas

RCL 47126 / RJ

Criminais Federais da Seção Judiciária de São Paulo – ; DECLARAR A INCOMPETÊNCIA DE AMBAS e DETERMINAR A IMEDIATA REMESSA, À PREVENTA 12ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, DOS AUTOS n. 0500623-71.2019.4.02.5101, que tramitam na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, bem como de todas as respectivas medidas cautelares (n. 0500591-66.2019.4.02.4.02.5101, n. 0500594-21.2019.4.02.5101, n. 0500595-06.2019.4.02.5101, n. 0500596-88.2019.4.02.5101, n. 0500686-96.2019.4.02.5101 e n. 5036433-45.2020.4.02.5101) e dos autos n. 5002238-31.2021.4.03.6181, que tramitam na 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, no prazo de 24 horas, inclusive quanto aos demais denunciados, à luz do decidido por esta CORTE no INQ 4.327 AgR-segundo/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 09/08/2018.

DECLARO, ainda, como consequência do art. 567, do Código de Processo Penal, a nulidade apenas dos atos decisórios praticados na respectiva ação penal, inclusive o recebimento da denúncia, devendo o juízo competente decidir acerca da possibilidade, se o caso, da convalidação dos atos instrutórios.

Deverão os juízos da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro e da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo CUMPRIR, imediatamente, a decisão aqui proferida e informar esta SUPREMA CORTE, no prazo de 24 horas, sobre a remessa dos autos dos processos crime n. 0500623-71.2019.4.02.5101 e n. 5002238-31.2021.4.03.6181, bem como das cautelares acima mencionadas, para a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de maio de 2021.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente